

Centrão tem emenda para derrubar a estabilidade

Arquivo 16/12/87

Os trabalhadores poderão ser demitidos do emprego mas receberão, além do aviso prévio e do fundo de garantia, mais um mês de salário para cada ano de emprego. A reforma agrária não poderá atingir propriedades rurais produtivas ou a parte produtiva das propriedades. O direito de greve fica mantido, mas serviços essenciais, como fornecimento de energia e água, transportes públicos e saúde, deverão ser mantidos. Alunos carentes deverão receber bolsas de estudo do Governo em escolas particulares quando a rede oficial de ensino não puder atendê-los. E empresas privadas de saúde poderão funcionar no país desde que respeitem as leis brasileiras.

São essas algumas das novas modificações que o Centrão pretende introduzir no projeto de Constituição. Coordenador do trabalho de redação das mudanças, o deputado José Lins (PFL-CE) disse ontem que o Centrão vai aprontar, até segunda-feira, as nove emendas que pretende apresentar: uma para cada um dos oito títulos do projeto. A nova emenda vai propor mudanças nas disposições transitórias.

Lins negou-se a divulgar o texto global das emendas, alegando que seu texto deverá ser apresentado, primeiro, aos membros do Centrão, que deverão se reunir, se houver número, na segunda-feira para discutí-lo e aprová-lo. O deputado está trabalhando esta semana no apartamento do constituinte Ricardo Fiúza (PFL-PE), que está viajando. Ali, com o auxílio de um computador, tem se reunido com membros do Centrão que estejam em Brasília, como os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Paes Landim (PFL-PI) e Jonas Pinheiro (PFL-MT).

«Realismo»

«Queremos — disse Bonifácio dar uma visão realista da sociedade brasileira, tirando do texto do projeto tudo o que for demagogia e populismo, diminuir a tendência estatizante e tecnocrática, prestigiar a iniciativa particular e a criatividade individual e inovar na ordem econômica e social».

Como exemplo disso, José Lins citou a questão da reforma agrária, pela emenda do grupo, ficarão dela excluídas a propriedade produtiva ou a parte produtiva da propriedade. Já Bonifácio criticou a parte do projeto de Constituição que determina a obrigatoriedade da escola particular ter seu diretor e professores escolhidos por eleição e concurso, respectivamente.

Bonifácio também anunciou que, na ordem social, o Centrão vai propor ampla liberdade de funcionamento de empresas estrangeiras e particulares na área de saúde, eliminando-se a faculdade, permitida no projeto atual, da intervenção estatal nessa área.

Mandato dividirá grupo, diz Wilson

Recife — O vice-governador Carlos Wilson previu ontem que o chamado "Centrão" deverá se dividir na votação que fixará a duração do mandato do presidente José Sarney porque o objetivo desse grupo não é discutir a data da sucessão presidencial e sim propor alterações nos capítulos referentes a ordem social e econômica do texto-base da Comissão de Sistematização.

Para Carlos Wilson, muitos constituintes assinaram o documento original do "Centrão" porque estavam se sentindo como "parlamentares de segunda classe", pois, não fazendo parte da Comissão de Sistematização também estavam impedidos de apresentar emendas ao anteprojeto que daí se originou. Isso não quer dizer, segundo seu entendimento, que a maioria dos centristas votará pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

"Eu tenho até a impressão de que se o presidente insistir nisso vai ser mais rejeitado pela oposição pública do que Maluf quando era candidato à presidência da República", acrescentou. "Se o governador Arraes tivesse recebido melhor tratamento do Governo Federal dificilmente teria se envolvido nessa questão — comentou Carlos Wilson, para quem, hoje, o entendimento do governador de Pernambuco é de que as circunstâncias políticas aconselham a realização de eleições em 1988.



Daso prevê obstáculos entre o Centrão e o Grupo dos 32

Empresa nacional dificulta acordos

A definição de empresa nacional será o principal obstáculo para um acordo entre o "Centrão" e o Grupo dos 32 durante as votações do projeto de Constituição no plenário da Assembléia Constituinte. A previsão foi feita, ontem, pelo deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), coordenador de mobilização do "Centrão" e encarregado de iniciar os entendimentos com o Grupo dos 32.

Segundo o parlamentar, estão havendo dificuldades no que se refere a exploração mineral. A proposta dos conservadores abre as portas para a exploração mineral por parte de empresas estrangeiras, enquanto os moderados restringem estas atividades às empresas brasileiras.

Mineração

No capítulo da Ordem Econômica, o "Centrão" propõe um conceito de empresa nacional que praticamente iguala aquelas originalmente criadas no País com as que vierem aqui se instalar. De acordo com o Grupo, firma nacional é toda aquela constituída sob leis brasileiras e que tem no Brasil a sua sede e administração, podendo ser de capital brasileiro ou não.

Dessa forma, na questão da mineração, os conservadores abrem a possibilidade da pesquisa e lavra mineral também às multinacionais, uma vez que as empresas estrangeiras não terão dificuldades em ser classificadas como firmas brasileiras.

Bonifácio prevê um premiê centrista

Caso o plenário da Constituinte mantenha o sistema parlamentarista de Governo, o primeiro-ministro deve ser escolhido entre os integrantes do "Centrão". A afirmação é do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), para quem o surgimento do grupo, atualmente majoritário na Constituinte, alterou profundamente a correlação de forças no Congresso, retirando do PMDB a maioria que o credenciava a indicar o chefe do Governo.

Bonifácio lembra que não fala pelo "Centrão", que optou por deixar fora das discussões do grupo o sistema de governo e mandato presidencial. Mas não tem dúvidas de que, mantido o parlamentarismo, o primeiro-ministro será indicado pelo "Centrão".

O parlamentar mineiro votou pelos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, mas reconhece que a tendência pelos quatro anos é praticamente irreversível. Acredita entretanto, que o parlamentarismo seria uma boa saída para a crise política.

Afora a questão da definição da empresa nacional, o deputado Daso Coimbra acredita que o "Centrão" e o Grupo dos 32 deverão chegar a um acordo sobre vários assuntos. Quanto às questões sociais, ele cita que os dois grupos têm a mesma proposta sobre a duração da jornada de trabalho semanal de 44 horas e a licença gestante de 120 dias como estabelece o Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização.

No que se refere à estabilidade no emprego, existe uma pequena diferença entre os dois grupos. O do entendimento, defende que a relação de emprego seja protegida contra dispensa arbitrária ou sem justa causa e remete a regulamentação do assunto à lei ordinária. Já o "Centrão" também inclui no dispositivo a expressão "nos termos da lei", mas quer inserir na Constituição a indenização progressiva. O Projeto de Constituição prevê, por sua vez, a proibição da demissão imotivada ou sem justa causa, porém, não define em que situações o empregado estaria enquadrado nestas condições.

Segundo Daso, uma comissão do "Centrão" formada pelos deputados Luiz Eduardo (PFL-BA), Jofran Frejat (PFL-DF) e Eraldo Tinoco (PFL-BA) deverá iniciar hoje ou amanhã entendimentos com o Grupo dos 32 que será representado pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE).

Maciel vai insistir na "equipotência"

Recife — O senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL, disse ontem em Recife que está elaborando uma emenda presidencialista para ser votada pelo plenário da Constituinte. Embora de sua autoria, a proposta será apresentada por um outro parlamentar e defenderá um presidencialismo com a equipotência dos poderes.

Segundo Maciel, não é necessário se implantar o parlamentarismo para se ter um parlamento forte: "O que acontece é que os poderes Legislativo e Judiciário estão muito fracos". Maciel discordou da tese de que o mandato de Sarney será de cinco anos por decurso de prazo e lembrou que em 45 Getúlio Vargas caiu em outubro e em dezembro foram realizadas eleições. "Com o agravante de que naquela época não se contava com os meios de comunicação de hoje". Segundo ele, basta a Constituinte introduzir uma emenda nos dispositivos transitórios.

Emenda por cinco anos tem maioria

A emenda do deputado Mateus Tensen (PMDB-PR), que restabelece os cinco anos de mandato para Sarney, já obteve 280 assinaturas, teoricamente, a maioria absoluta de votos na constituinte. A informação foi prestada ontem em Curitiba, pelo filho do deputado, João Iensen, depois que o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, disse, em Salvador, que a emenda já chegara às vésperas do Natal, a 260 assinaturas. João Iensen não soube dizer onde se encontrava seu pai, limitando-se a informar que o deputado estava visitando igrejas evangélicas no Norte do Paraná.

"Infelizmente", disse Sant'Anna, "para os históricos do PMDB as eleições presidenciais não serão em 1988". Foi a reação do deputado à reunião dos históricos no Rio, quando decidiram precipitar a campanha pelas eleições presidenciais.

Sant'Anna, que depois da aprovação dos quatro anos de mandato para Sarney pela Comissão de Sistematização afirmava ser impossível lutar contra uma tese que teria repercussão popular, disse ter voltado atrás. "A eleição em 88 não criou nenhum impacto na opinião pública. Depois, a emenda do deputado Mateus Iensen já obteve 260 assinaturas até o Natal. Faltam 20 para a maioria absoluta".

Crítérios

O líder do governo minimizou ainda a importância da reunião dos históricos do partido no Rio. Para ele, isso não muda nada. "O que se sente", explicou, "é que se o partido ficasse como os históricos queriam, não teria conseguido obter os êxitos que conquistou e nem teria derrubado o regime militar. Foi o fato de abrir-se à outras correntes que permitiu seu crescimento". Sant'Anna foi um dos que se beneficiou disso: oriundo da Arena e militante do extinto Partido Popular, abrigou-se no PMDB depois que o PP se fundiu com este.

Irônico, Sant'Anna perguntou também qual seria o critério para se definir que seria histórico no PMDB: "O ex-senador Teotônio Vilela, que veio da Arena? O senador Severo Gomes, que foi ministro de dois governos revolucionários? O governador Moreira Franco, que foi do MDB, passou para o PDS e depois voltou ao PMDB?"

Sant'Anna disse também que muitos se enganam com a precipitação da campanha presidencial. Na sua opinião, só há um nome que será imbatível numa convenção para a escolha do candidato: o deputado Ulysses Guimarães.

Mandato

Por sua vez, descansando em sua fazenda de Crateús, no interior do Ceará, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) perguntou: "Eles tem 280 votos para isso?". Expedito também ironizou a decisão dos históricos de lutar pelos quatro anos de mandato para Sarney e precipitar a sucessão presidencial.

"Eles não são os donos da maioria. Se o Centrão não der número para votar, como eles vão apressar o fim da Constituinte?" Expedito referia-se ao impasse observado no início do mês quando, por causa da obstrução do Centrão, os históricos do PMDB não conseguiram votar nenhuma mudança importante no Regimento Interno da Constituinte, sendo até derrotados fragorosamente quando tentaram impedir qualquer modificação nele.

Expedito, contraditoriamente, disse que também não podia garantir se os cinco anos para Sarney voltarão ao texto constitucional. Mas, com uma ponta de ironia, lembrou: "Isso vai precisar de 280 votos. Sei o quanto é difícil chegar a isso". Depois, lembrou que o Centrão tem mais de 280 votos em plenário.

Por sua vez, um dos coordenadores do Centrão, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), que continua trabalhando em Brasília, foi cauteloso ao comentar a decisão dos históricos. Segundo ele, "o importante agora é aprovar a constituinte. A campanha pode e deve ficar para depois.